

**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 39/2022, em que são recorrentes **José António Garcia Cardoso** e **Maria de Fátima Mendes Moreno** e entidade recorrida o **Tribunal da Relação de Sotavento**

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 87/2023

(Autos de Amparo 39/2022, José António Garcia Cardoso e Maria de Fátima Mendes Moreno v. TRS, Aperfeiçoamento por indicação deficiente das condutas alegadamente lesivas de direitos, por falta de definição dos amparos que se pretende obter; por obscuridade na formulação de argumento e por omissão de junção de documento essencial)

I. Relatório

1. Os Senhores José António Garcia Cardoso e Maria de Fátima Mendes Moreno, casados em comunhão de adquiridos, interpuseram recurso de amparo, impugnando o *Acórdão TRS 273/2022, de 04 de novembro*, relacionando, para tanto, argumentos que podem ser sumarizados da seguinte forma:

1.1. O Tribunal da Relação de Sotavento negou provimento ao recurso interposto pelos recorrentes e em função disso terá alegadamente violado os seus direitos fundamentais;

1.2. Em síntese, dizem ser “legítimos possuidores dos prédios objeto do presente processo”;

1.3. Assim sendo, relatam que:

1.3.1. Por se sentirem lesados nos seus direitos de posse e de propriedade, intentaram contra os apelados uma ação de condenação;

1.3.2. Entretanto, o Meritíssimo Juiz da Comarca de Santa Cruz, sem ter marcado audiência de tentativa de conciliação, ordenou a citação dos apelados;

1.3.3. Estes, uma vez citados, antes de apresentarem a contestação, requereram providência cautelar de restituição provisória de posse contra os recorrentes;

1.3.4. Além disso, ao tomarem conhecimento, através das testemunhas, da existência da providência, informaram ao Meritíssimo Juiz que havia um processo pendente cujo objeto de litígio era o mesmo terreno;

1.3.5. Apesar do alerta sobre a pendência dos autos principais, o Juiz da Comarca de Santa Cruz, antes de ordenar a citação dos recorrentes, “julgou procedente por provada a providência intentada contra os recorrentes” e decidiu pela restituição da posse do terreno em disputa a favor dos autores da mesma;

1.3.6. Entendem, por isso, que, por ter conhecimento da existência do processo onde os recorrentes alegaram factos constitutivos de direito de propriedade e de posse titulada, com uma decisão precipitada, o juiz terá violado o que designam do sacrossanto princípio do contraditório;

1.3.7. Já que se limitou a defender a decisão proferida antes do contraditório dos recorrentes, “retirando das declarações das testemunhas os factos que mais lhe convinha, desconsiderando os factos que não encaixavam na sua tese de restituição de posse”;

1.3.8. Referem que, entretanto, o que lhes causou maior estranheza foi o facto de terem deduzido embargos e o mesmo Juiz ter-lhes pedido para clarificarem factos alegados pela outra parte na providência;

1.4. Do ponto de vista do direito, consideram que

1.4.1. O juiz, ao ter permitido duas audiências de produção de provas testemunhais e ter preterido o exercício do contraditório, e ainda omitido diligências de prova, sem qualquer fundamentação, em claro prejuízo dos recorrentes, “demonstrou que o contraditório e a igualdade entre as partes não deve ser a bússola das decisões judiciais”;

1.4.2. Tudo isso feriria “mortalmente o princípio da igualdade substancial das partes e do contraditório, nos termos dos artigos 3-A, n.º 1, 2 e 3, 5º, todos do CPC,

principalmente, no uso dos meios de defesa e no exercício de faculdades, artigo 24º e 69º, todos da CRCV”;

1.4.3. Dando como exemplo a forma como terá sido conduzido o processo, indicam que foi permitido que uma das testemunhas, que terá sido fundamental para o decretamento da providência, pudesse corrigir a declaração anteriormente prestada, quando confrontada com documentos médicos que atestavam que o recorrente José Cardoso não se encontrava no local.

1.4.4. Defendem que “tem sido posição firme, dominante e sem contestação da jurisprudência e da doutrina que, deduzida oposição a uma providência cautelar anteriormente decretada, pode o requerente da providência oferecer articulado de resposta, ficando-lhe, contudo, vedada a possibilidade de oferecer novos meios de provas”.

1.4.5. Alegam que neste caso concreto, uma vez decretada a providência da restituição da posse, os requeridos deduziram oposição, mediante embargos, apresentando contestação e meios de prova documental e testemunhal;

1.4.6. Que “durante a inspeção ao local, os recorrentes manifestaram o descontentamento sobre a possibilidade de nova prova dos embargados, por não poderem oferecer novos elementos de prova, mormente nova prova testemunhal”;

1.5. Apresentam ainda a seguinte argumentação:

15.1. Apesar de tudo, o Tribunal recorrido terá permitido uma nova janela de prova, e ouviu todas as testemunhas dos embargados, durante o embargo, resultando assim, que os requerentes e embargados tivessem usufruído de duas audiências de produção de provas testemunhais, uma durante a providência cautelar sem a presença dos ora recorrentes e outra durante a produção de prova nos embargos;

1.5.2. Insurgem-se contra essa situação dizendo ser revoltante e que indigna qualquer consciência jurídica que, num processo cível, comumente reconhecido como prova das partes, uma parte possa usufruir de duas audições de prova, sendo que uma delas, sem o contraditório, ou seja, “afirmando o que bem lhe apetece”;

1.5.3. Para confirmar a impossibilidade de produção de provas novas no incidente de embargo pelo requerente, remetem para os ensinamentos de António Geraldes quando diz que “jamais o princípio do contraditório pode ser levado ao ponto de facultar ao requerente a proposição de novos meios de prova, sob pena de se transformar o incidente da oposição numa verdadeira ação semelhante aos embargos à providência que, no anterior sistema, se encontravam regulados nos arts. 405º e 406º, e que o legislador pretendeu afastar”, como resultaria claramente do Preâmbulo do Decreto-Lei nº 329-A/95.

1.5.4. Alegam, fazendo referência a vários acórdãos do STJ de Portugal, que nos procedimentos cautelares, com a dedução da oposição, abre-se uma nova fase processual, dominada pelo princípio do contraditório, em que se procura reequilibrar a posição de ambas as partes, dando a possibilidade ao requerido, não ouvido anteriormente, de alegar factos e produzir meios de prova que não foram tomados em atenção aquando do deferimento da providência.

1.5.5. Alinhando com a tese de António Geraldes concluem que “[n]a verdade, um tal sistema de oposição por embargos foi assumidamente rejeitado, aliás, em discordância com o que constava dos Anteprojectos divulgados pelo Ministério da Justiça em 1988 e 1993, tendo o legislador justificado a mudança com a afirmação deixada no preâmbulo do Dec. Lei nº 329 A/95 de que se pretendeu evitar a transformação da oposição à medida cautelar numa verdadeira acção declarativa em que os embargos à providência actualmente se traduzem”.

1.5.6. Para eles, o Tribunal da Comarca de Santa Cruz, ao concluir sem o contraditório que os embargados tinham a posse, “não decidiu a partir da ideia inicial (de qualquer processo) que era (e é) de que lado está o direito”;

1.5.7. Defendendo a sua posição anterior, transformou toda a prova produzida pelos recorrentes em inverdades ou provas falsas, tornando-as completamente ineficazes,

1.5.8. Porque, na verdade, existiria título de propriedade e declarações de testemunhas que sustentam a pretensão dos recorrentes.

1.5.9. Assim sendo, inconformados com a decisão do Tribunal Judicial da Comarca de Santa Cruz recorreram para o Tribunal da Relação de Sotavento o qual, julgando o seu recurso improcedente, não terá acautelado a questão por eles suscitada e os documentos que demonstram a existência de título de propriedade e testemunhas que provam a posse;

1.6. Em suma, entendem por isso que o Tribunal recorrido violou os seguintes direitos fundamentais: a) direito a um processo justo e equitativo e liberdades (artigo 22º, da CRCV); b) direitos ao contraditório, igualdade e audiência prévia (artigos 3º e 5º, todos do CPC, 24º da CRCV); c) direito à propriedade (artigos 69º, da CRCV).

1.7. Quanto ao cumprimento dos pressupostos de admissibilidade, dizem que

1.7.1. Por terem sido notificados no dia 14 de novembro de 2022, o recurso seria tempestivo;

1.7.2. Teriam legitimidade;

1.7.3. Recorrem contra ato de poder público lesivo dos seus direitos fundamentais;

1.7.4. Teriam sido esgotadas todas as vias de recurso ordinário.

1.8. Terminam o seu requerimento pedindo que o presente recurso seja:

1.8.1. Admitido, nos termos do art.º 20º da CRCV, 2º, 3º todos da Lei de Amparo;

1.8.2. Julgado procedente e, em consequência, alterado o Acórdão nº 273/2022, de 04 de novembro de 2022, do tribunal recorrido (Tribunal da Relação de Sotavento);

1.8.3. Concedido amparo e, em consequência, sejam restabelecidos os direitos, liberdades e garantias fundamentais violados, (processo justo e equitativo, igualdade, contraditório, audiência e propriedade, artigos 22º, 24º e 69º, todos da CRCV).

1.8.4. Oficiado o Tribunal da Relação de Sotavento, para fazer chegar a este processo a certidão de todo o processo (autos de apelação n.º 77/2022).

2. Cumprindo o estabelecido no artigo 12 da Lei n.º 109/IV/94 de 24 de outubro, foram os autos com vista ao Ministério Público para emissão do parecer sobre a admissibilidade do recurso, tendo-o feito o Sr. Procurador-Geral da República, o qual articulou os seguintes argumentos.

2.1. Os recorrentes referem que o acórdão recorrido foi-lhes notificado no dia 14 de novembro, mas não teriam juntado qualquer documento comprovativo. Como o requerimento de recurso foi enviado por correio eletrónico no dia 12 de dezembro de 2022, somente se se confirmar que o acórdão recorrido foi notificado aos recorrentes na data por eles assinalada, o recurso revelar-se-á tempestivo;

2.2. O requerimento parece cumprir com os requisitos dos artigos 7º e 8º da Lei do Amparo, os recorrentes teriam legitimidade, os direitos invocados seriam suscetíveis de amparo e não constaria que o Tribunal Constitucional tenha rejeitado, por decisão transitada em julgado, um recurso com objeto substancialmente igual;

2.3. Contudo, teria dúvidas a respeito do cumprimento do pressuposto de esgotamento das vias de recurso ordinário, porque a decisão impugnada foi proferida nos autos de uma providência cautelar de restituição provisória da posse. Mas, como não consta dos autos qualquer informação sobre o valor da causa, caso se confirme que o valor da causa dos autos de apelação nº 77/2022 tenha sido superior a 3.000.000\$00 (três milhões de escudos) entende que o presente recurso de amparo deve ser rejeitado. Não se entendendo deste modo ou sendo atestado que o valor da causa é inferior a três milhões de escudos, estariam esgotadas todas as vias de recurso ordinário, devendo, no entanto, os recorrentes, juntar a procuração forense aos presentes autos, regularizando a representação exercida pelo seu advogado.

3. Marcada sessão de julgamento para o dia 11 de maio, nessa data se realizou, com a participação dos Venerandos Juizes-Conselheiros e do Senhor Secretário do TC, dela decorrendo a decisão que se segue acompanhada dos fundamentos articulados *infra*.

II. Fundamentação

1. Do ponto de vista constitucional, o recurso de amparo é concebido como um direito fundamental de “requerer ao Tribunal (...) a tutela de (...) direitos, liberdades e garantias, constitucionalmente reconhecidos”, e também como um meio “de tutela de direitos, liberdades e garantias”, consagrando-se a sua dupla-natureza subjetiva e objetiva.

1.1. Direito este que é delimitado materialmente, na medida em que destinado à proteção direta de apenas uma das três categorias de direitos fundamentais previstas pela Lei Fundamental. Seriam os denominados direitos, liberdades e garantias, tanto os individuais, como os de participação política e de exercício da cidadania e, arguivelmente, os dos trabalhadores. É verdade que se estende para recobrir os direitos análogos a direitos liberdades e garantias ou que portem características específicas com dimensões individuais e civis como, respetivamente, os direitos de proteção judiciária (*Acórdão 6/2017, de 21 de abril, Maria de Lurdes v. STJ, sobre pedido de desistência*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 898-903, 5; *Acórdão 9/2017, de 8 de junho, Martiniano Oliveira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 925-929, e); *Acórdão 13/2017, de 20 de julho, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 47, 8 de agosto de 2017, pp. 1024-1029, e); *Acórdão 24/2017, de 9 de novembro, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 78, 22 de dezembro de 2017, pp. 1692-1698, e); *Acórdão 12/2018, de 7 de junho, CIMA v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, Decisão de admissibilidade, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, b; *Acórdão 16/2018, de 28 de julho, Luigi Zirpoli v. TJCP*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, pp. 1298-1302, e); *Acórdão 17/2018, de 26 de julho, Amândio Vicente v. TRS*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 51, 3 de agosto de 2018, pp. 1328-1333, e); *Acórdão 22/2018, de 11 de outubro, Martiniano v. STJ, sobre o direito de acesso aos tribunais*, Rel: JC José Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 76, 22 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835, 2; *Acórdão 3/2019, de 24 de janeiro, Ramiro Rodrigues v. TRB*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, 13 de março de 2019, pp. 480-486, e); *Acórdão 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado,

publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, p. 36-42, 2.1) e o direito à propriedade privada (*Acórdão 30/2019, de 30 de agosto, Atlantic Global Asset Management v. PGR, sobre violação do direito à propriedade privada, da garantia de juiz, da iniciativa privada e dos direitos à defesa, ao contraditório e de acesso às provas da acusação*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1766-1789); ou ainda para situações que envolvam camadas de proteção essenciais que remetam a certos direitos, liberdades e garantias como a vida ou a integridade pessoal. Porém, fora desses casos, com a tendencial não-inclusão dos direitos económicos, sociais e culturais e dos direitos de grupos vulneráveis que não portem características de direitos, liberdades e garantias, e também de princípios constitucionais objetivos, como, em diversos momentos, este Tribunal já decidiu (*Acórdão 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho, pp. 933-950 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. III, Praia, INCV, 2018 (2017), pp. 423-477, 20.1; *Acórdão 29/2017, de 5 de dezembro, Ovídio de Pina v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, 1 de fevereiro de 2018, pp. 75-93, 20.1; *Acórdão 06/2018, de 22 de março, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JC Pina Delgado, *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, de 11 de abril de 2018, pp. 495-505, 2; *Acórdão 27/2018, de 20 de dezembro, Judy Ike Hills v. STJ, sobre violação de garantia de inviolabilidade de domicílio, de correspondência e de telecomunicações e de garantia da presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 11, 31 de janeiro de 2019, pp. 146-178, 2.1.1). Por conseguinte, trata-se de um recurso especialmente desenhado para proteger uma categoria especial de direitos que goza de regime de tutela mais intenso: os direitos, liberdades e garantias.

1.2. E que fica processualmente condicionado ao esgotamento das vias ordinárias de recurso, opção da qual resulta um figurino constitucional que produz diversos efeitos.

1.2.1. Desde logo, a conceção de que todos os tribunais cabo-verdianos são tribunais de proteção de direitos, nos termos da sua respetiva jurisdição, cabendo efetivar essa tutela através dos processos ordinários desenhados pela lei, dos processos especiais previstos pela Constituição como o *Habeas Corpus* ou o recurso contencioso

administrativo, ou daqueles que venham a ser definidos pelo legislador, nos termos do artigo 22, parágrafo sexto, segundo o qual “[p]ara a defesa dos direitos, liberdades e garantias individuais, a lei estabelece procedimentos judiciais céleres e prioritários que assegurem a tutela efetiva e em tempo útil contra ameaças ou violações desses mesmos direitos, liberdades e garantias” (*Acórdão nº 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente de amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, 5.1.3).

1.2.2. E, em consequência, a subsidiariedade do recurso de amparo, recurso constitucional de natureza especial, ao qual só se pode lançar mão, depois de se explorar os mecanismos que correm perante os tribunais ordinários para que estes possam conhecer e garantir a tutela desses mesmos direitos.

1.3. E caracterizado pelo seu informalismo, urgência e sumariedade, conforme decorre da alínea b) do artigo 20, segundo a qual ele “pode ser requerido em simples petição, tem caráter urgente e o seu processamento deve ser baseado no princípio da sumariedade”.

1.4. Por conseguinte, está-se perante um direito fundamental e um recurso constitucional desenhado especialmente para a proteção de direitos, liberdades e garantias, que pode ser utilizado subsidiariamente quando os meios ordinários de tutela de direitos que correm os seus trâmites perante os tribunais judiciais ou outros, a existirem, falham. Tais características impõem que a própria lei de processo constitucional que desenvolve os procedimentos atinentes ao recurso de amparo seja interpretada como uma lei restritiva de direito cujo figurino básico se deve manter dentro dos confins dos números 4 e 5 do artigo 17 da Constituição, ainda que parte do regime possa ser legitimamente fixado pelo legislador em razão da remissão à lei (“nos termos da lei”), desde que não se atinja de modo ilegítimo as características essenciais do instituto impostas pelo próprio dispositivo constitucional (“e com observância [obrigatória, diga-se] do disposto nas alíneas seguintes (...)).

2. As exigências da peça de recurso de amparo são as consagradas nos artigos 7º e 8º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, os quais impõem, respetivamente, que:

2.1. A petição seja:

2.1.1. Interposta através de simples requerimento, com indicação expressa de que o recurso tem a natureza de amparo;

2.1.2. Devidamente fundamentada; e

2.1.3. Entregue na Secretaria do Tribunal Constitucional.

2.2. Quanto ao que a lei designa de “fundamentação do recurso”, exige-se que o recorrente, através da peça,

2.2.1. Identifique a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão, bem como os interessados a que o provimento do recurso possa diretamente beneficiar ou prejudicar, havendo-os;

2.2.2. Indique com precisão “o ato, facto ou a omissão” que, na sua opinião, violou os seus direitos amparáveis;

2.2.3. Indique com clareza quais deles terão sido vulnerados, “com a expressa menção das normas ou princípios jurídico-constitucionais que entende terem sido violados”;

2.2.4. Exponha resumidamente as razões de facto que fundamentam o pedido, bem como “formul[e] conclusões, nas quais resumirá, por artigos, os fundamentos de facto e de direito que justificam a petição”;

2.2.5. Esta deverá “terminar com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades ou garantias violados”, devendo vir acompanhada dos “documentos que julgar pertinentes e necessários para a procedência do pedido”.

2.3. O objeto dessas disposições é determinar o modo de interposição e definir a estrutura da peça processual, de tal sorte que, de forma célere e simplificada, se permita ao Tribunal Constitucional identificar os elementos constitutivos da súplica para que

possa decidir sobre a sua admissibilidade, sobre eventuais medidas provisórias aplicáveis e, subseqüentemente, sobre o seu mérito.

2.3.1. De um lado, através da facilitação do acesso a esses elementos que decorreriam do modo de organização da peça e da entrega direta no Tribunal Constitucional;

2.3.2. Do outro, pelo facto de se impor um determinado conteúdo à mesma, na medida em que, do ponto de vista do número 1 do artigo 8º, primeiro, remete-se, através das alíneas a) e b); para a identificação das condutas lesivas (“ato, facto ou a omissão”) e para o órgão do poder público ao qual podem ser imputadas (“a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão”); segundo, por meio da alínea c), aos direitos, liberdades e garantias vulnerados por aquelas (“indicar com clareza os direitos, liberdades e garantias fundamentais”) e às disposições onde estariam alojados ou os princípios de onde podem ser inferidos (“com a expressa menção das normas ou princípios constitucionais que entendem terem sido violados”); terceiro, nos termos do número 2 da mesma disposição, à explicitação do amparo que se pretende para se remediar a eventual lesão (“a petição terminará com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades e garantias fundamentais violados”). A argamassa que ligaria esses três elementos decorreria dos fundamentos de facto e de direito que justificam a petição, como também se impõe apresentar, conforme o disposto nas alíneas d) e e) do parágrafo primeiro da primeira disposição.

2.3.3. A regra é que, do ponto de vista da articulação da petição de amparo, deve haver o estabelecimento de uma ligação lógica entre cada conduta impugnada, as posições jurídicas decorrentes do(s) direito(s) que ela vulnera e o amparo adequado para a remediar através da fundamentação. O que se tem verificado até agora é que na maior parte dos casos, isso é muito deficientemente articulado, lançando-se para a peça de recurso, sem grande precisão e racionalização, uma pluralidade de condutas a que globalmente se imputam violações de um conjunto diversificado de direitos, e remetendo-se para amparos genéricos ou impossíveis. O Tribunal Constitucional desde o *Acórdão nº 10/2017, de 8 de junho, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 929-933, b), tem tolerado a

interposição de vários amparos que não cumprem essas exigências qualitativas, considerando que a disposição deve ser lida sempre de forma compatível ao direito constitucional ao amparo, no sentido de que “mais importante que o rigor formal é a inteligibilidade do que se expõe e se requer”. Mas, a duras penas, considerando a grande dificuldade que se tem para se compreender o que se impugna, o que se pede e os fundamentos que suportam as petições. A Corte Constitucional continuará – transitoriamente – aberta a privilegiar as admissibilidades, suprimindo ela própria eventuais deficiências das peças, mas, depois de vários anos de prática do amparo em Cabo Verde, é preciso entrar numa nova fase mais exigente, sustentada numa melhor qualificação.

2.3.4. Na presente situação, os recorrentes apresentaram a sua peça na secretaria deste Tribunal, indicando expressamente que se trata de um recurso de amparo, ainda que não se possa dizer que a exposição das razões de facto que a fundamentam cumpre rigorosamente com a forma prevista pela lei dado à sua extensão. Integraram um segmento conclusivo resumindo por artigos os fundamentos de facto e de direito que suportam os seus pedidos.

2.3.5. Porém, feita esta consideração alusiva às questões mais formais da peça, o seu conteúdo não permite de todo discernir as condutas que o recorrente está concretamente a impugnar e o modo como são atribuíveis ao órgão judicial recorrido, uma exigência de inteligibilidade da qual depende a definição do objeto do recurso. Longe disso, o que se verifica é um longo relato de um conjunto diferenciado de ocorrências que foram se materializando no decurso do processo que obnubila os atos, factos ou omissões aos quais se pretende atribuir a vulneração de direitos, o que urge corrigir para que se possa apreciar se o recurso é admissível. Naturalmente, não é ao Tribunal Constitucional que cabe garimpar a decisão recorrida que o recorrente, de forma conveniente para si, mas de modo incompatível com a estrutura de um recurso de amparo, resolveu dar por reproduzida.

2.3.6. Um pedido de amparo de restabelecimento dos direitos, liberdades e garantias violados é também claramente incompatível com a exigência de que o remédio que pretende obter do Tribunal Constitucional seja suficientemente definido. Impondo-se a correção da peça também em relação a este particular.

2.3.7. No mesmo sentido, o Tribunal Constitucional não logrou alcançar o propósito das referências ao preâmbulo de legislação que não se consegue identificar no Boletim Oficial ou a anteprojetos do Ministério da Justiça que não são do conhecimento dos juízes e não foram carreados para os autos.

3. Assim sendo, para se poder dar continuidade à tramitação do recurso, deve ser concedida aos recorrentes a oportunidade para, nos termos do artigo 17 da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, querendo, suprir as deficiências constantes do seu requerimento, indicando em concreto quais os atos, factos ou omissões que na sua opinião violaram os seus direitos fundamentais, o amparo que entendem dever ser-lhes concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades ou garantias fundamentais, violados, bem assim como trazer aos autos a base de legitimação permissiva da utilização do Preâmbulo do DL N. 329-A/95 e de anteprojetos que são referidos na peça de interposição do recurso num escrutínio de violação de direitos fundamentais em Cabo Verde e os textos dos instrumentos mencionados.

III. Decisão

Pelo exposto, os juízes do Tribunal Constitucional reunidos em plenário decidem ordenar que sejam notificados os recorrentes para, querendo, suprirem as deficiências constantes do seu requerimento,

- a) Indicando em concreto quais os atos, factos ou omissões que na sua opinião violaram os seus direitos fundamentais;
- b) Identificando o amparo que entendem dever ser-lhes concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades ou garantias fundamentais, alegadamente violados;
- c) Apresentando a base de legitimação permissiva da utilização do Preâmbulo do DL N. 329-A/95 e de anteprojetos que são referidos na peça de interposição do recurso em escrutínio de violação de direitos em Cabo Verde e os respetivos textos mencionados;

- d) Juntando aos autos a competente procuração que habilita o subscritor da peça a representá-los.

Registe, notifique e publique.

Praia, 06 de junho de 2023

José Pina Delgado (Relator)

Aristides R. Lima

João Pinto Smedo

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 06 de junho de 2023.

O Secretário,

João Borges